

7. BRASÍLIA, A CIDADE NOVA

Brasília é o produto mais acabado de uma época prevista pelo historiador Henri Pirenne, que viria coroar a evolução dessa entidade histórica que é a cidade, desde a *Polis* grega e a Comuna medieval.

Embora a primeira comunidade integral conhecida na história do Ocidente, a *Polis*, ainda seja “um fato da natureza”, ela já representa alguma coisa de criado: o primeiro Estado, pura instituição, isto é, obra da vontade humana. Um Estado, o primeiro, sem império e sem despotismo.

O outro ponto culminante do desenvolvimento urbano foi a cidade medieval ou, conforme Pirenne, “um fenômeno determinado pelo meio físico tanto quanto o curso dos

rios pela conformação das montanhas e a direção das cidades”. Entretanto, ela criou “*ex nihilo* uma legislação social mais completa que a de nenhum outro período da história, inclusive o nosso”.

Este primeiro regulamento social é a expressão de uma instituição nova, a Comuna. Sob a proteção de um recinto fortificado, de uma administração das coisas, única (e não administração sobre os homens) e de uma jurisprudência exclusivista e coletiva, uma coisa absolutamente nova surgiu na história da cultura humana: uma personalidade coletiva privilegiada.

Nas etapas seguintes, a *urbs* romana, instrumento de potência imperial centralizadora e colonizadora, a “Cidade” da Renascença, um alto pensamento abstrato que transfigura o conceito de cidade — organização humana — em cidade —, foco de civilização, e a cidade barroca que já é cidade principesca, decompõe os traços mais marcantes da *Polis* grega e da Comuna burguesa, embora continuando submetidas aos determinantes naturais e às conjunções sociais e tecnológicas de cada época.

Franqueadas as etapas da história, chegamos, enfim, ao cume da evolução anunciada pelo historiador, isto é, a esta “época mais avançada”, na qual “métodos melhores” “permitem ao homem dominar a natureza e marcá-la com sua presença, malgrado as desvantagens de clima e de solo, seria, então, sem dúvida, possível construir cidades em qualquer lugar que o espírito de empreendimento e a procura de lucro possam sugerir”.

Brasília resalta como a expressão mais representativa desta época “mais avançada”. O fato novo, o fato histórico único, o que nos reúne nestas obras, a mil quilômetros dos centros cosmopolitas da costa do meu país, é esta decisão do espírito de empreendimento de que falava Pirenne, que permitiu que se venha construir, partindo de zero, nesta região virgem, desabitada e selvagem, tão afastada dos focos da civilização, uma cidade, toda artificial, toda nova, de 500.000 habitantes para fazer dela a capital do Brasil. Não existe, em nossa época, no gênero, empreendimento humano mais amplo e delicado, nem mais complexo e arriscado. Onde se encontram os precedentes?

Pela sua artificialidade e sua finitude, este empreendimento é arte. O mérito da arte, o seu serviço à civilização reside precisamente, diz-nos o filósofo Whitehead, neste artifício, nesta finitude. Brasília é, na essência, uma obra de arte que se constrói. Pois esta não é senão “um fragmento da natureza que traz em si a marca de um es-

forço criativo finito, de tal maneira que se apresenta sozinho, uma coisa individual, destacada da vaga infinidade do seu fundo (*background*)". Época que quer ser de síntese, o nosso fim de século será cada vez mais construtor de cidades e de regiões. Edificar a cidade nova é a maior obra de arte que se possa fazer no século.

Entretanto, Brasília não é puro artifício alheio à história do País. Ela é um escalão decisivo desta história. Para começar, digamos que o Brasil, aliás como todo o continente americano, veio à civilização sob a égide de uma primeira intervenção de Estado, sob a bandeira do mercantilismo nascente. O liberalismo do *laissez faire* nunca foi, para este país, um fim em si (como foi o caso para os Estados Unidos). Chegando atrasado em nosso país, ele aparece, agora e cada vez mais, como uma exceção, necessária talvez, mas, em todo caso, transitória.

O nosso passado não é fatal, pois nós o refazemos todos os dias. E bem pouco preside ele ao nosso destino. Somos, pela fatalidade mesma de nossa formação, condenados ao moderno. A nossa "modernidade" é tão radical que, coisa rara entre os Estados, temos a certidão do nosso batismo. Nascemos numa data precisa: 22 de abril de 1500. Antes disso, simplesmente não existíamos.

A nossa primeira capital foi construída, como essa, num solo virgem, e era mais afastada ainda que Brasília dos centros civilizados da época. É Salvador, Bahia. Por ato real de D. João III, de 17 de dezembro de 1548, um velho servidor do Rei de Portugal embarca para o Brasil com a ordem expressa de "tomar à sua conta" a terra "para a fazer povoar, como meio e coração de toda esta costa, e mandar edificar nela uma cidade, donde se pudessem ajudar e socorrer todas as mais capitanias e povoações dela como a membros seus".

Havia naquele regimento um plano inteiro de construção de um país, em estado puro. Um historiador brasileiro de nossos dias pôde escrever: "Poucos monarcas, em toda a história, terão sabido aproveitar tão lucidamente a rara oportunidade de erguer, desde os alicerces, o edifício de um Estado".

O Rei fala de "dar ordem e maneira" ao povoamento das terras novas, mandando "fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em lugar conveniente". O novo governador, o primeiro do país, depois de ter procurado com os seus companheiros o lugar mais adequado (tendo para esse fim ouvido uma missa), "se pôs logo mão na obra a que se deu tanta pressa que ao derradeiro dia de abril" (o go-

vernador chegara no dia 29 de março de 1549) “estava já acabada a fortaleza de madeira... e a cidade quase toda cercada em roda, provida de todos os oficiais ordenados para o governo dela com todas as oficinas para isso necessárias”. E “aí, roçado o mato”, “terraplenado um tanto o local, traçou as ruas e praças, fez a distribuição de diferentes solares, marcando o dos paços do conselho, da casa do governo e da dos contos”, e a igreja. Era no alto de uma colina dando para o mar, com duas ladeiras descendo até a praia. Como se vê, a praça do governo, com a sua casa, a do conselho e a das finanças, outra não é senão a “Praça dos Três Poderes”, em Brasília, menos a igreja, porque, entretanto, o Estado se tornou leigo. E o edificador da cidade? Era o mestre de obras português, Luís Dias, chegado com o governador e cerca de seiscentos operários, entre os quais numerosos pedreiros, carapinas, marceneiros, farreiros, oleiros e outros artífices. O governador, ajudando com as suas próprias mãos a obra comum, é visto diariamente a carregar nos ombros os caibros e madeiras.

Dada a escassez de mulheres portuguesas, os colonos adotam rapidamente o hábito de casar-se com índias, com 2, 3 ou mesmo 4 e 5 mulheres. A natalidade é extraordinária. Para ajudar aos primeiros proprietários de engenhos de cana-de-açúcar, trazidos de Cabo Verde, no Atlântico, uma autorização real, de 29 de março de 1549, permite a cada colono “senhor de engenho” receber da Ilha de São Tomé, perto da África, até 120 escravos negros do Congo. Em 1551, os primeiros negros chegavam à Bahia: e aí estão os ingredientes presentes no solo virgem para a mistura dos sangues e a alquimia racial, de onde ia sair este povo brasileiro que vos acolhe aqui, hoje, nesta terceira capital em construção, em condições que, afinal de contas, não são tão diferentes daquelas que presidiram à construção da primeira e da segunda.

Os contornos de toda a parte mais nova e mais ativa deste país ainda não estão fixados, pois são constantemente alternados pelo que geógrafos eminentes chamaram de “frente de colonização”. Pierre Mombeig, em *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, nos diz que esta gente se caracteriza “pelo gosto e a procura do novo, a vontade de não se contentar com a herança do passado”. A “manifestação de uma poderosa vitalidade” a impele para frente. Bem, Brasília não faz parte desta frente de colonização. Nem pela sua posição geográfica, muito ao Norte da frente paulista, nem pela sua função. Ela seria antes um núcleo

central de colonização, plantado no coração do país para atacar de flanco a frente dos pioneiros e dos plantadores que avança sempre em direção ao Oeste. Dir-se-ia que ela foi colocada ali para a contornar. Ela vem assim criar novas tensões na margem das fronteiras interiores.

A atividade inteira do país “se ressentido do deslocamento contínuo de uma massa importante da população cuja instabilidade ainda representa, quatro séculos depois do desembarque dos primeiros portugueses, um dos seus traços fundamentais”. “Por toda parte”, declara o eminente geógrafo, “na cidade como no campo, o viajante sente que nada é estável, nada é definitivo e que a economia e o povoamento são solidários da marcha pioneira que avança inexoravelmente em direção ao Oeste, a centenas de quilômetros”. A esta distância, começa a frente de povoamento. O “passado” atrás deles ainda é fresco: Com efeito, trata-se Ribeirão Preto de cidade velha, embora não tenha ela ainda três quartos de século. “O Europeu”, ressalta Mombeig, “tem alguma dificuldade de entender que ‘outrora’ significa 1910, e mesmo, se o seu interlocutor é um homem jovem, 1920. Tudo se passa como se este país tivesse conhecido em três-quartos de século, um século no máximo, o que foi preciso milênios para fazer na Europa”. “E é bem isto: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção de uma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional, tal é o imenso trabalho que se processa ainda sob os nossos olhos”.

Em nossa novidade incoercível, falta-nos, certamente, uma estabilização da paisagem rural (sobretudo nas regiões novas do Sudoeste e do Nordeste — São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás). Ainda estamos longe da elaboração de uma “mentalidade regional”. A região, no sentido geográfico e estético da palavra, falta a esta paisagem indefinida, uniforme na sua instabilidade fundamental, por causa da marcha frenética em direção ao Oeste. Mas, na sua marcha para a frente o pioneirismo agrário paulista tende a encontrar-se no Brasil Central com um movimento demográfico em sentido inverso, por assim dizer, que é a obra dos velhos pioneiros oriundos da própria região, isto é, proveniente de Minas Gerais e mais ainda do Norte, da Bahia. Este Brasil Central seria então, como no tempo da colônia portuguesa, “o ponto de encontro das influências paulistas e baianas”. O espírito de especulação capitalista sopra sobre o movimento paulista, sempre à procura de

→ Era colonial x séc. XX

novas terras, de rendimento máximo, para as suas grandes plantações de café e outros produtos de exportação. Por outro lado, o outro movimento, segundo as velhas sendas dos bois extraviados, desbravadores dos caminhos através dos campos semi-áridos do Planalto Central desde a época colonial, não se mostra particularmente atraído pelo mercado mundial.

A frente paulista também é de função urbana, e constrói cidades a toda velocidade. Na clareira recentemente aberta, o loteador faz depressa traçar algumas ruas ainda mal desobstruídas dos troncos de árvores que juncam o terreno desbravado, e a venda dos lotes começa aí mesmo. As primeiras casas são feitas de tábuas e indicam a futura rua principal, a própria estrada. Não há nada mais prático para o escoamento das mercadorias, ao longo dessa estrada principal. Nessas rudes tentativas de urbanismo, a velha praça da igreja tende a ser substituída pela estrada.

Os pioneiros são indiferentes ao ambiente local, pois nunca param, na sua corrida incessante. Uma verdadeira mentalidade regional não pode desabrochar nestas condições. É, pois, impossível, nesta fase colonizadora, procurar em profundidade a fixação da paisagem rural. O pioneiro nem suspeita que haja ali estruturas sociais e físicas regionais verdadeiramente autóctones, ou, conforme a magnífica fórmula de Munford, a sua forma vernácula complexa. Tendo suscitado a questão, os cientistas geógrafos respondem: "Até agora, o sentimento de pertencer a uma região, o desejo de fixar-se nela, a emulação que o espírito regional pode promover, não são senão noções confusas". O sentimento regional é ali somente a "expressão de uma comunidade de classe". "O sitiante", cuja fixação é temporária e cujos interesses, como as dívidas, a curto prazo, não encontra nada que o incite à solidariedade regional."

Brasília é, por assim dizer, o oposto daquele mundo. Primeiro, o que criou Brasília não foi o "desejo tenaz do lucro", mas sim uma velha idéia, política, incrustada através das gerações. Aqui, como nos tempos da Idade Média, as necessidades ou as aspirações políticas precederam as necessidades econômicas. O espírito que sopra sobre Brasília poderia ser um eco do antigo espírito mercantilista do rei colonizador, mas, na sua realidade profunda, embora ainda não inteiramente explicitada, a força motriz é o espírito de utopia, o espírito do plano, em suma, o espírito de nossa época.

Ela é ainda um gesto ainda não muito claro de uma necessidade nacional profunda: a da defesa da terra, sob

um processo contínuo e terrível de destruição. “A obra destruidora do pioneiro é considerável: destruição da floresta e, portanto, destruição da terra... A economia do mundo pioneiro impôs uma técnica devastadora a esses homens demasiadamente apressados. Ela reprimiu aquele respeito da terra que é o próprio dos camponeses.” (O camponês no Brasil apareceu na cena histórica muito depois da gente das cidades.) “Para conservar as abundantes safras e para continuar vendendo pelo mundo, os pioneiros são obrigados a uma corrida ininterrupta. E onde se instalem plantadores, o capim mal torna a crescer.”

Sob a autoridade nacional e centralizadora do Estado, na sua cinzenta uniformidade jurídica jamais poderiam surgir verdadeiras regiões. Mas o que causa espécie é que nas zonas ultrapassadas pela onda do povoamento não apareceram ainda culturas capazes de substituir o café. E o que é mais grave ainda é que o tributo econômico da frente de colonização pesa muito sobre o conjunto da economia nacional. Por exemplo, 40% dos cafezais paulistas se encontram em fazendas e sítios abertos há apenas quinze anos. Com o Norte do Paraná, as zonas novas fornecem o essencial da produção cafeeira, principal riqueza nacional. Sem dúvida, a industrialização intensiva que se processa agora tende a criar novos recursos, independentemente desta produção itinerante destinada ao mercado externo. Mas os seus efeitos estão ainda para aparecer. Brasília poderá apressar a hora da liberação desta submissão demasiadamente imediata ao mercado dos preços internacionais. Ela somente poderia forçar a frente pioneira a fixar-se ou, pelo seu ataque de flanco, obrigá-la a virar-se para norte, em sua direção.

O ritmo de ampliação do mercado nacional será intensificado pela criação de verdadeiras e novas regiões no centro do País, em torno da nova Capital. Além disso, não se poderá reaparelhar ou aparelhar estas terras sem a reforma agrária de que se fala cada vez mais no Brasil. Em suma, Brasília supõe uma remodelação geográfica, social e cultural do país inteiro. Monbeig espera que “a renascença econômica” venha quando “a marcha pioneira tiver atingido os seus limites”. A hora da renascença econômica será a hora do planejamento. A hora do planejamento é o fim do avanço da especulação pioneira.

Ao redor da nova capital, não se verá a monotonia das grandes plantações extensivas, para continuar o escoamento de seus produtos no exterior. A economia do mundo pioneiro não poderá mais impor ao País a sua técnica

devastadora da terra: ao redor de Brasília, o que é preciso é uma economia agrícola fundada numa alta técnica de recuperação do solo. Isto implica uma planificação regional científica sem empirismo e na escala humana. A tarefa das novas gerações brasileiras está, pois, fixada: edificar do nada a Capital, que tem o plano piloto mais belo e mais audacioso, e, simultaneamente, e de maneira tão artificial, criar, da terra bruta e pobre, a sua região; o objetivo do plano é definir a forma vernácula complexa da região. É necessário, pois, seja ele concebido sob um alto critério científico e estético, o mesmo que inspirou a obra de arte coletiva que é o conjunto urbanístico e arquitetural de Brasília.

A obra está agora em construção. A Cidade Nova é um todo que se constrói, de alto a baixo, produto acabado da vontade consciente do homem. É pois, uma obra de arte tanto quanto os grandes projetos industriais da engenharia civil da nossa civilização. Eis aí o grande problema apresentado ao nosso Congresso. É a primeira vez que o problema se apresenta concretamente em tão vasta escala. Em si mesmo o empreendimento abrange uma totalidade social, cultural e artística. Pela sua própria natureza, ela convoca a participação de todos os elementos que compõem a mais alta e mais universal aspiração artística e estética do nosso tempo, ou a síntese das artes, desde as mais nobres às mais particulares e utilitárias. A hipótese de Brasília os abarca num só complexo, numa só comunidade.

Nesta aspiração à síntese encontra-se um alto valor ético, o homem atribulado e neurótico de nossos dias aspira à unidade dos contrários e a comunhão espiritual perdida. A arte dita moderna terminou, digamos, na primeira metade do século, a sua fase criadora-destrutiva, na qual não faltaram as iluminações do gênio. Mas hoje uma nova aspiração à síntese se impõe. Isto coincide com a necessidade da reconstrução do mundo que se reclama por toda parte. Começamos aqui com uma tentativa de reconstrução regional. Em que consiste a aspiração à síntese ou à integração? Em dar novamente às artes um papel social e cultural de primeira plana nesta tarefa de reconstrução regional e internacional pela qual o mundo está passando ou passará... a menos que seja destruído por um intercâmbio de teleguiados.

A síntese das artes será o único corretivo possível ao pessimismo destruidor da arte individualista de nossos dias, de impulsos temperamentais românticos e expressionistas

muito em voga. O único meio de reintegrar o artista na consciência da dignidade de uma missão social, ou de reintegrá-lo numa certa objetividade, é oferecer-lhe, hoje, agora — e não em vagas promessas políticas e messiânicas de um mundo diferente que não existe ou não é concebível —, todas as condições necessárias para que ele tome parte, livremente, espontaneamente, em plena liberdade criadora, numa obra coletiva como a de Brasília. É que esta obra, para ser levada a cabo, traz em si, como parte integrante do seu processo criador, um ideal ético sobrepessoal, um ideal social, capaz de reunir ao redor dele todas as forças vivas da cidade.

A construção das cidades está, novamente, como na Idade Média, em ordem do dia. Mas já Munford assinala como “a grande tarefa das novas gerações é a reconstrução das regiões consideradas como obra de arte coletiva”. Se isto é permitido, Brasília se apresenta diante de vós não só como uma etapa do desenvolvimento do Brasil mas como um problema capital de toda a nossa civilização cada vez mais mundial. Tem, pois, implicações não só nacionais, mas, certamente, internacionais. Cabe-vos agora a tarefa de esclarecê-las pois fostes convocados aqui para a colaboração e a crítica, e não para a apologética.